

1.

Introdução

Ao longo da história o homem imprime marcas na paisagem que podem vir a apresentar maior ou menor materialidade. São por exemplo heranças ou resultantes ecológicas, se a elas atribuirmos um significado ecológico, advindas de traços culturais, atividades econômicas, mitos e ritos de comunidades específicas. As florestas (entendidas como parte do espaço geográfico) são percebidas como territórios, isto é, espaços vividos e apropriados pelas culturas que as utilizam ou as utilizaram. Assim, no curso de sua história, o ser humano acumulou informações sobre o ambiente que o cerca e, sem dúvida, esse acervo baseou-se na observação constante e sistemática dos fenômenos e características da natureza e na experimentação empírica desses recursos. A preocupação com o desvendamento e resgate do conhecimento referente ao uso que os povos fazem dos elementos de seu ambiente natural vem desde a antiguidade. Um exemplo pode ser representado pela trajetória dos usos das plantas medicinais. Estas correspondem incontestavelmente as mais antigas armas empregadas no tratamento de enfermidades humanas. A dor fez com que o homem buscasse o analgésico; a doença o remédio, portanto, é fácil inferir que o uso de plantas no combate a doenças seja tão antigo quanto à própria humanidade (Oliveira & Akisue, 2000 apud Fuck et al., 2005). A valorização e resgate de conhecimentos e recursos genéticos tradicionais de uma forma geral é um dos caminhos para a manutenção de todo este patrimônio.

Esta Dissertação se ocupa de uma reflexão acerca das atividades agrícolas desenvolvidas em uma área remanescente da Mata Atlântica. Através de levantamentos etnobotânicos realizados por meio de entrevistas com moradores do bairro de Vargem Grande, analisaremos a forma como o conhecimento advindo deste legado cultural encontra-se disperso entre os atuais agricultores e seus familiares. O intuito deste trabalho é fazer uma análise do repertório de plantas manejadas com finalidades utilitárias e inferir sobre a relação estabelecida entre agricultores e o ambiente florestal no qual estão inseridos. Nos propomos a estudar as relações entre natureza, cultura, e sociedade, buscando estabelecer trocas com os trabalhos realizados sob a ótica da etnociência, que reforçam a inclusão social em

diretrizes estabelecidas por política públicas. O viés desta pesquisa é fundamentado em levantamentos etnobotânicos guiados pelo estudo dos processos da transformação da paisagem. Portanto, além destes, dois conceitos substantivos para o presente estudo são território e identidade cultural. A inserção destes processos no tempo e a repercussão dos mesmos na paisagem pode ser entendida pela História Ambiental. Este campo de conhecimento tem como proposta ligar a História Natural à História Social.

Suas relações com a Geografia são evidentes e configuram uma nova possibilidade de integração interdisciplinar para esta ciência. As bases teórico-conceituais da História Ambiental apresentam como questão fundamental a sua interdisciplinaridade, fator que permite um rico e intenso diálogo com a Geografia, seja ela "física" ou "humana" (Freitas, 2007). Esta característica básica da proposta dos criadores da História Ambiental torna-se possível devido ao fato de a construção desta nova disciplina se apoiar numa visão arraigadamente interdisciplinar, interessada em tratar do papel e do lugar da natureza na vida humana (Worster, 1991). Temos na proposta metodológica da História Ambiental uma grande contribuição para uma interpretação multidimensional do espaço geográfico e estaremos utilizando-a para um entendimento das marcas impressas na paisagem. Esta disciplina opera em três diferentes níveis: o entendimento da natureza propriamente dita; a análise do domínio socioeconômico; e a apreensão de percepções, valores éticos, leis, mitos, entre outros elementos que visam estabelecer a ligação de um indivíduo ou um grupo à natureza, incluindo, conseqüentemente, a questão da cultura (Worster, 1991). Portanto, a História Ambiental apresenta grande afinidade com as etnociências na medida em que apresenta grane abertura aos conhecimentos tradicionais.

As populações humanas que ocupam florestas tropicais convivem com a grande diversidade destes ambientes e desenvolvem, cada qual à sua maneira, formas de explorá-los para sua sobrevivência. De seu repertório cultural, destaca-se o conhecimento sobre o uso de plantas para fins medicinais. As práticas relacionadas ao uso popular de plantas medicinais são o que muitas comunidades têm como alternativa viável para o tratamento de doenças ou manutenção da saúde. Porém a degradação ambiental e a intrusão de novos elementos culturais acompanhados pela desagregação dos sistemas de vida tradicionais ameaçam, além de um acervo de conhecimentos empíricos, um patrimônio genético de valor

inestimável para as futuras gerações (Amorozo & Gely 1988). Outra ameaça deve-se ao fato da pesquisa científica sobre plantas utilizadas por comunidades tradicionais brasileiras ser recente, sendo assim, pouco documentada. Soma-se a isso a forma delicada como este conhecimento é mantido, através da tradição oral. Assim, a Etnobotânica um campo relativamente novo da ciência, assim como a História Ambiental, também apresenta seu método e sua teoria em construção, na busca em entender os processos de interação das populações humanas com os recursos naturais, em especial à percepção, conhecimento e usos (incluindo o manejo dos recursos).

No caso da região estudada, a zona oeste do município do Rio de Janeiro, as obras de Corrêa (1933); Abreu (1957) e Galvão (1957) constituem preciosos registro etnográfico dos usos e modos de vida estabelecidos no maciço.

Entre as décadas de 1920 e 1930, as regiões de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, base da presente pesquisa, foram visitadas pelo escultor, e mais tarde jornalista, Armando Magalhães Corrêa, que publicou uma série de crônicas no jornal *Correio da Manhã* dando uma completa descrição da região, comportando aspectos históricos, geográficos, etnográficos, ecológicos e geomorfológicos. O livro completo contendo estas crônicas, fartamente ilustrado com gravuras feitas a bico de pena, só foi publicado em 1933, como um volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta obra, rapidamente esgotada, tornou-se um clássico da história ambiental do município do Rio de Janeiro.

A obra de Magalhães Corrêa, especificamente, é capaz de nos remeter à realidade de um sertão “longínquo” e aos costumes de seus sertanejos. Podemos afirmar que ela marcou a década de 30, ao conferir à zona rural carioca destaque e a referência de ser o “*Sertão Carioca*”. A área descrita e caracterizada pelo autor, tanto em traços geomorfológicos quanto em traços geográficos, compreende a planície de Jacarepaguá, situada entre os maciços da Pedra Branca e da Tijuca. Dados históricos, informações botânicas, zoológicas, antropológicas e etnográficas nos viabilizam uma nítida fotografia da História Ambiental desta região à sua época. O autor descreve o contraste entre os usos rurais e urbanos, se refere à chegada de novos hábitos citadinos que teriam alterado o caráter bucólico do local e ameaçariam a autenticidade cultural dos habitantes e, menciona também o desenvolvimento de atividades econômicas de caráter industrial que inviabilizariam o modo de vida dos *sertanejos*.

De forma menos intensa que Magalhães Corrêa, os autores Abreu (1957: O Distrito Federal e seus recursos naturais) e Galvão (1957: Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande) também trouxeram importantes contribuições para a história ambiental deste trecho do município.

O grupo social estudado (os agricultores de Vargem Grande), de uma maneira geral, se estabeleceu há várias gerações no local (Bernardes, 1992). Em sua maioria são descendentes de lavradores portugueses que chegaram à área na década de 30; um contingente menor é formado por descendentes de escravos oriundos dos engenhos existentes no período colonial. Com a urbanização e a assunção de novas políticas ambientais foi criado, em 1974, o Parque Estadual da Pedra Branca, que trouxe mudanças significativas às relações estabelecidas por este grupo com a prática agrícola. A exploração econômica da encosta do maciço da Pedra Branca migrou das roças de subsistência para os bananais. Estes mantiveram-se em vastas áreas, tendo os agricultores remanescentes se adaptado à nova ordem ambiental: as queimadas foram eliminadas e o cultivo da banana assumiu um caráter semiclandestino, baseando a sua exploração mais no extrativismo do que no manejo da cultura. Por não utilizar o fogo, esta forma de exploração se adaptou melhor às restrições sobre o uso da terra impostas pelo Parque Estadual da Pedra Branca (Solórzano *et al.* 2005). No entanto, desde a criação desta unidade de conservação, existe um longo histórico de conflitos entre o poder público que administra esta unidade de conservação e os agricultores. Presentemente novos atores sociais ligados ao poder público foram incorporados à questão.

Com a proposta de viabilizar uma geração de renda sustentável para os agricultores do Maciço da Pedra Branca e fomentar a fitoterapia, com a produção de espécies medicinais, o projeto *Profito Pedra Branca*,¹ idealizado por pesquisadores da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos (PAF), de Farmanguinhos/Fiocruz, em 2007, passou a interagir na organização destes grupos via assistência à formação de associativismos e constante processo de organização, conscientização e capacitação destes agricultores para posterior inserção destes em um arranjo produtivo local de plantas medicinais e fitoterápicos.

¹ Material de divulgação do projeto em anexo.

A partir da proposta gerada pelo corpo técnico da Fiocruz de estimular o plantio e a produção de espécies medicinais foi estabelecida uma parceria com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio de forma que os levantamentos da presente dissertação servissem de base à escolha das espécies a terem a sua produção e comercialização estimuladas. O critério para escolha das mesmas inclui diversas variáveis em parte contempladas no presente estudo: origem das espécies (em se tratando de um cultivo estimulado pelo poder público no interior de uma Unidade de Conservação espécies exóticas não podem ser utilizadas), porte, conhecimento por parte dos agricultores, propriedades medicinais reconhecidas, etc.

Temos, portanto, nos elementos aqui brevemente apresentados, a configuração de um quadro de grande complexidade social e ambiental, em que questões relativas a movimento de resistência, identidade cultural, história ambiental, territorialidade e saberes locais se moldam e dão uma configuração única a esta paisagem urbana. Para tentar em alguma medida avançar na compreensão deste contexto, temos como objetivo geral do presente trabalho inventariar o repertório de espécies utilitárias e medicinais utilizadas pelo grupo estudado e resgatar o conhecimento a elas associado.

Subordinam-se a este os seguintes objetivos secundários:

- Explicitar as formas como a população local identifica, utiliza e valoriza os recursos botânicos da área de estudo.
- Disponibilizar os dados para a Associação de Agricultores e para a Farmanguinhos como subsídio para a busca de novas cadeias produtivas visando melhorar a qualidade de vida e renda da comunidade.